

Pesquisa histórica e museus

Maria Helena Versiani*

Neste artigo, abordamos aspectos da formação e organização de acervos museológicos e discutimos o lugar da pesquisa histórica no desenvolvimento das ações sociais e educativas dos museus, particularmente dos museus históricos públicos brasileiros.

A formação de acervos

A decisão de constituir um acervo, investindo e cuidando para que ele esteja acessível às gerações futuras, supõe algum entendimento quanto ao que deva ser preservado, como um *legado* do passado para o presente e o futuro. Supõe também a intenção de constituir um patrimônio histórico, que seja valorizado como fonte de pesquisa e conhecimento.

Nas últimas décadas, estudos sobre a temática da memória e de suas relações com a História têm sido objeto de crescente investimento entre pesquisadores das áreas de Ciências Humanas e Sociais.¹ Dentro dessa temática mais ampla, ganha força o entendimento de que um acervo pode ser compreendido como um trabalho de construção de memória, entre tantas outras passíveis de serem construídas. Assim, atribuir importância a determinados bens, a ponto de preservá-los em instituições públicas culturais, é uma forma de significá-los como algo que deve ser conhecido, lembrado e estudado, e que, portanto, justifica o investimento em ações com o objetivo de lhes dar visibilidade e garantir que eles possam ser amplamente acessados. Perceber que a formação de acervos históricos pode ser uma ação estratégica de memória, ação esta que opera sobre o que deve ser preservado e lembrado, no presente e no futuro (embora o êxito de tais estratégias nunca esteja garantido de antemão), é uma forma de reconhecer os domínios da História e da Memória como construções que se realizam no campo dinâmico das interações sociais, envolvendo interesses e disputas. Ou seja, trata-se de reconhecer que a formação de acervos é uma ação que remete também ao campo das disputas de poder.

De fato, um acervo pode ser primoroso em documentar determinado entendimento sobre a sociedade, como pode ser primoroso em documentar o avesso desse mesmo entendimento. Tudo dependerá de quais bens sejam selecionados, destacados, articulados e de como sejam qualificados dentro do conjunto de bens a integrar o patrimônio.

* Historiadora, vinculada ao Museu da República. Doutora em História, Política e Bens Culturais, pelo CPDOC/FGV.

¹ Ver, entre outros: LE GOFF, 1990; POLLAK, 1989; ROUSSO, 2001; HUYSEN, 2005; HABWACHS, 2006; e RICOEUR, 2007.

Nessa perspectiva, os responsáveis pela organização dos acervos são reconhecidos como sujeitos que atuam sobre eles e interferem em sua função social, tanto quanto os seus produtores e os pesquisadores que deles retiram a sua matéria intelectual. Luciana Quillet Heymann (1997), por exemplo, discute essa questão quando analisa os processos de ingerência que podem envolver a organização de um arquivo como patrimônio documental. A autora observa que, em diferentes momentos da trajetória de um documento, pessoas decidem se ele deve ser preservado ou destruído, realçado ou secundarizado dentro do acervo, sempre a partir de preocupações e atenções que não são necessariamente partilhadas por todos os envolvidos em cada etapa de formação e tratamento desse acervo. O entendimento é que não somente a formação, mas também a organização arquivística resulta da adoção de uma série de procedimentos de crítica documental, procedimentos esses que criam como que *portas e janelas* para entradas no acervo e que acabam por sugerir determinadas formas de aproximação da documentação. A definição de tais procedimentos, que qualificam os processos de formação, tratamento e preservação dos acervos, é parte intrínseca da ação documental. Diferentes critérios empreendidos na organização de um acervo representam diferentes maneiras de descrever o seu conteúdo e de dar ênfase e grau de importância aos documentos que o compõem. Voluntária ou involuntariamente, é sempre proposto ao consulente que tenha atenção neste ou naquele ponto, as descrições do acervo constituindo formas de atribuição de sentido e valor, que incluem referências a determinados personagens, datas ou eventos citados nos documentos, e que ressaltam a relevância da documentação para o estudo de determinados temas (enquanto outros temas não são lembrados ou mencionados). De uma forma ou de outra, a configuração final de um acervo – arquivístico ou não – traduz escolhas dos agentes responsáveis por sua acumulação e organização, escolhas essas que, como vimos, são elas mesmas um trabalho de memória sobre o tema/personagens etc.

Especificamente em relação aos bens preservados em museus, é fato que a incorporação de acervos a uma instituição museológica pública lhe confere o reconhecimento oficial de patrimônio cultural. Inclusive, muitas vezes (embora nem sempre), antes mesmo da “oficialização” de um acervo como patrimônio cultural, a sua formação já é uma ideia, um projeto, que visa à *monumentalização* desse acervo, de modo que ele venha a ser reconhecido como patrimônio cultural da nação. Ou seja, não é raro que a intenção de constituir um “monumento/documento” – tomando emprestada a formulação de Jaques Le Goff (1990) –

tendo em vista a *monumentalização* de determinada narrativa sobre algum processo social, ocorra antes mesmo da formação do acervo. Nesse caso, há todo um investimento prévio, e estratégico, que visa à perpetuação de uma determinada memória. Como diz Luciana Heymann (2009, p. 56): “Nem sempre a acumulação documental é reflexo de uma atividade passada; ela pode ser função de uma ação projetada para o futuro”.

É claro que a formação de um acervo pode ocorrer também de forma politicamente *ingênua* – não estratégica –, a partir de hábitos adquiridos ou de escolhas pautadas em interpretações próprias sobre o mundo social. Mas, decerto, ela também pode operar com o tipo de “enquadramento da memória” proposto por Michel Pollack (1989), quer dizer, buscando consolidar, por meio dos acervos, determinados sentidos que se deseja ver fortalecidos socialmente.

Memórias da elite

Boa parte dos acervos preservados nos museus históricos públicos brasileiros são registros de experiências científicas ou da trajetória de pessoas com prestígio social, instrução formal e socializadas em círculos intelectuais ou políticos. Quanto aos registros escritos, essa realidade é fácil de compreender, uma vez que a prática escriturária não é um exercício presente ou marcante na vida pessoal/profissional de muitos populares, os quais apenas irregularmente deixam produções escritas de suas experiências. Porém, poucos são também os acervos em geral, e não somente os textuais, preservados com o fito de representar a trajetória daqueles que, na acepção de Michel de Certeau (2008), poderíamos chamar de “anônimos sociais”, ou seja, os que não desfrutam de alguma distinção social.

É verdade que há esforços importantes na direção de transformar essa característica dos museus e não são triviais algumas iniciativas a favor da constituição de acervos e de museus representativos da base da pirâmide social. Um exemplo é o Museu da Maré, que concretiza uma série de ações voltadas para o registro, preservação e divulgação da história das comunidades que conformam o Complexo da Maré, na cidade do Rio de Janeiro.

Contudo, ainda é muito mais frequente encontrar acervos preservados em museus públicos nos quais o chamado *povão* é excluído da representação da sociedade, como se esta estivesse fadada a ser o privilégio de uma elite. Via de regra, supostamente são as ações e experiências das autoridades públicas e das elites sociais que importam para a representação das sociedades.

Na contramão desse pensamento, entendemos que, ainda que os registros de práticas populares de modo geral não estejam presentes nos museus históricos públicos brasileiros, não sendo valorizados como elementos de excelência da nossa cultura, isso em nada significa que eles não estejam presentes e marcando profundamente os fazeres cotidianos do cidadão brasileiro comum e o viver em sociedade. Portanto, são registros que refletem condições concretas de vida e o ambiente cotidiano daqueles que deles fazem uso, deixando em evidência aspectos determinantes da identidade social. Em outras palavras, são registros de experiências que encontram lugar no universo das relações vivenciadas em sociedade, que apontam para lógicas e costumes constitutivos do ambiente social em que foram produzidos e circularam. Mostram diferentes maneiras, compartilhadas socialmente, de vivenciar o cotidiano e, nesse sentido, constroem sentidos para a vida em sociedade, sendo objetos de representação e reflexão tão importantes e expressivos da realidade social quanto qualquer outro. Uma vez incorporados ao universo dos bens culturais preservados nos museus históricos públicos brasileiros, decerto favorecem a realização de um trabalho mais rico e diversificado do ponto de vista da observação dos modos de expressão de nossa sociedade.

Registre-se ainda que a expressiva ausência de acervos populares nesses museus parece reafirmar e naturalizar a desigualdade que vigora em nossa sociedade de forma mais ampla. Reproduz-se, no interior dos museus, a cultura do privilégio presente na sociedade brasileira, ressaltando-se representações de grupos e indivíduos bem situados, que não encontram restrições econômicas, políticas ou sociais maiores. Ao mesmo tempo, desvaloriza-se e desprestigia-se o universo das experiências de pessoas que desfrutam de menor reconhecimento social.

Visto assim, o esforço de dotar os museus históricos públicos de acervos expressivos da multiplicidade dos grupos que compõem a sociedade brasileira deve ser associado também ao esforço de dotar os brasileiros socialmente desfavorecidos dos recursos (políticos, sociais e econômicos) necessários à plena apropriação dos seus direitos de cidadania. Afinal, o significado profundo da universalização de direitos não remete apenas a questões de ordem material, mas também ao fato de que parcelas da população são marginalizadas, desrespeitadas e esquecidas, inclusive não havendo interesse na sua representação simbólica, antes reiterando-se a ideia de sua suposta *desimportância* social.

Não estamos aqui, absolutamente, defendendo que os acervos representativos das experiências das elites brasileiras não se justificam dentro dos museus públicos ou não enriquecem a análise histórica. Ao contrário, reconhecemos a grande importância desses acervos e estudos. O nosso ponto, aqui salientado, é observar também a importância de valorizar registros das experiências de pessoas que se inserem em grupos menos favorecidos socialmente, percebendo tais registros como bens representativos das sociabilidades desenvolvidas por esses grupos. O cotidiano das experiências populares é tanto um elemento da identidade popular como também um indicador das características do tempo e da sociedade em que tais populares vivem. Isso equivale a dizer que as experiências do cidadão comum brasileiro necessariamente nos ajudam a compreender experiências coletivas vivenciadas ao longo da história do Brasil, porque apontam para algo presente em nossa sociedade – embora, obviamente, sem esgotar todas as suas características.

Faz-se importante, então, também privilegiar nos museus históricos públicos brasileiros a constituição de acervos vinculados aos espaços do mundo social próprio às parcelas da população que compõem a base da pirâmide. Porque tais acervos nos ajudam a reconstituir aspectos da dinâmica de ambientes e culturas, vivenciados ao longo do tempo/espaço da história. Em outras palavras, trata-se de acervos que oferecem enorme potencialidade para a investigação de aspectos da história do cotidiano popular no Brasil e da sociedade brasileira em seu conjunto.

O trabalho de pesquisa em museus históricos

De modo geral, os museus são lugares que estimulam interesses e ideias, como diz Ulpiano Bezerra de Menezes (2002, p. 19): são oportunidades “de devaneio, de sonho, de evasão, do imaginário, que são funções psíquicas extremamente importantes para prover equilíbrios, [...] desenvolver capacidade crítica, reforçar e alimentar energias, projetar o futuro, e assim por diante”. Uma função dos museus históricos públicos é representar aspectos do mundo social, para que se reflita sobre ele, sendo um espaço que se organiza para a produção do conhecimento, com base em um tripé que integra as funções de preservação, comunicação e pesquisa de acervos.

Lugar de memória e de representação, os museus abrem múltiplas possibilidades de pesquisa a partir dos acervos que preservam, envolvendo diferentes áreas do conhecimento. E é a pesquisa histórica que viabiliza a contextualização desses acervos. Contextualização

necessária, posto que todo bem cultural é produzido no tempo e no espaço. Não existe bem cultural fora do tempo e do espaço. Portanto, o trabalho com bens culturais musealizados não pode pretender desconectar esses bens do seu tempo e do seu espaço, ou das suas circunstâncias históricas. Todo procedimento dentro dos museus deve ter em conta que os acervos não existem descontextualizados.

Entender o lugar social das coleções museológicas e o lugar social do trabalho com elas é fundamental inclusive porque nos ajuda a compreender por que tais acervos foram transformados em patrimônio cultural. Como um conjunto de bens se torna um acervo histórico? Atendendo a quais objetivos? Onde e desejou depositá-lo? E qual o alcance social dos trabalhos e investimentos públicos realizados a partir deles? Perseguir tais questões pode trazer boas pistas sobre as escolhas políticas que sustentam a constituição de um acervo, bem como as suas implicações para a conformação de uma determinada memória histórica. Ademais, como vimos, invariavelmente é preciso que se esteja atento e metodologicamente instrumentalizado para o exercício de *desnaturalizar* os acervos, desconfiando que eles podem representar um esforço deliberado por estabelecer os traços de uma determinada memória, tendo em vista difundir nas sociedades certos valores e crenças.

O pressuposto de que os museus históricos são espaços de construção de conhecimento sobre as sociedades sugere que, dentro deles, todos os produtos e trabalhos justificam-se quando ajudam a pensar as sociedades. Cada museu é um processo de reflexão e de ação transformadora da sociedade, que tem o patrimônio cultural que preserva como seu “objeto gerador”, na acepção sugerida por Francisco Régis Lopes Ramos (2004). A partir dos acervos busca-se compreender a realidade hoje, para formular o futuro. As coleções museológicas, portanto, estão profundamente conectadas com o compromisso de pensar e interferir no mundo social. Pensar, compreender e transformar a sociedade.

Dentro desse entendimento, a pesquisa histórica em museus é chave. Primeiro porque alerta para o fato de que uma sociedade se conforma a partir do compartilhamento de experiências, a partir do vivido concreto pelos cidadãos, dos modos como eles interpretam e lidam com os fenômenos sociais e políticos, compartilhando valores. Como bem nos ensina Daniel Cefai (2001), não se deve pensar que cada sociedade possui uma lógica de convívio social única. Em uma mesma sociedade, convivem lógicas distintas, partilhadas por diferentes grupos, em permanente interação e competição. Lógicas sociais que coexistem, interagem e competem entre si, relacionando-se com o modelo ora dominante. Os indivíduos são impactados por

influências diversas, e é justamente a combinação dessas influências que dá às sociedades uma determinada conformação e cultura.

Assim, a perspectiva histórica descortina e compromete-se com uma versão plural e representativa da diversidade própria à sociedade brasileira. Torna-se inclusive mais fácil reconhecer a importância de os museus históricos incorporarem acervos representativos dessa diversidade social, o que, no Brasil, significa valorizar a possibilidade de aproximação com setores sociais menos favorecidos, percebendo-os como um vetor igualmente determinante para a compreensão da sociedade. Para além das personalidades e dos homens públicos, também outras pessoas, de diferentes extratos, preenchem a vida social brasileira de sentidos.

Por outro lado, a pesquisa histórica em museus também é chave para que os estudos em torno dos acervos museológicos preservados sejam realizados evitando-se anacronismos ou etnocentrismos. A análise histórica ensina que os comportamentos e criações dos indivíduos estão informados pelos códigos culturais e experiências de vida desses mesmos indivíduos. Nessa direção, por exemplo, Edward Palmer Thompson investiu na perspectiva do que chamou de “história vista de baixo”, dedicando-se a estudar o processo de industrialização na Inglaterra do ponto de vista dos trabalhadores e de suas experiências. O autor explicou:

Estou tentando resgatar o pobre tecelão de malhas, o meeiro luddita, o tecelão do “obsoleto” tear manual, o artesão utópico” [...]. Seus ofícios e tradições podiam estar desaparecendo. Sua hostilidade frente ao novo industrialismo podia ser retrógrada. Seus ideais comunitários podiam ser fantasiosos. Suas conspirações insurrecionais podiam ser temerárias. Mas eles viveram nesses tempos de aguda perturbação social, e nós não. Suas aspirações eram válidas nos termos de sua própria experiência [...]. (THOMPSON, 1987, p. 13)

Ou seja, a pesquisa histórica instrui que os acervos devem ser compreendidos tendo em vista as vivências, percepções e sensibilidades dos atores envolvidos com a sua produção e circulação. Inclusive, nesse sentido, ela ajudar a evitar que a desejada incorporação de acervos representativos do vivido dos setores populares seja sucedida por uma organização e exposição desses acervos baseadas limitadamente no que eles representam para os grupos mais bem posicionadas na pirâmide social. Ajuda a evitar o risco de perceber os acervos a partir de lógicas e valores da elite social, ignorando-se outros sentidos possíveis, relacionados à dinâmica e complexidade do vivido popular.

Ou seja, tão importante quanto preservar, nos museus históricos públicos brasileiros, acervos representativos da diversidade dos grupos sociais presentes no país é evitar que os pontos de

vista e percepções das elites sobreponham-se no momento de interpretação dos acervos, reproduzindo-se estereótipos.

Parece-nos essencial que a incorporação nos museus públicos brasileiros de acervos que resgatam vozes e olhares menos favorecidos socialmente seja acompanhada sempre de uma pesquisa em torno de como esses grupos se comportam e o que pensam, valorizando-se a pluralidade de identidades e sentidos presentes nos processos sociais e políticos.² Tais processos certamente serão melhor apreendidos se levarmos em conta não somente os pontos de vista das elites políticas dominantes, mas também toda uma sociabilidade que se faz presente na vida social, inscrita no cotidiano da população. Ou seja, não se pode pensar que toda experiência social tão simplesmente repercute/reflete/exprime uma lógica social dominante. Cada experiência integra formas expressivas em relação aos valores, percepções e ideais que norteiam os sujeitos históricos nela envolvidos, que não necessariamente agem para reforçar a lógica geral do sistema político, econômico e social dominante, mas para transformá-lo.

No exercício da análise histórica, o domínio de viés monolítico da suposta autoridade de um *saber culto* serve menos ao conhecimento científico do que para reforçar valores sociais dominantes. Cabe ao historiador que atua em museus, portanto, não se ater ao esforço de compreender a lógica de funcionamento das sociedades a partir de uma perspectiva homogeneizadora que acaba por reafirmar as regularidades da ordem social. Ao contrário, visando trazer para a reflexão histórica a diversidade de vivências e ações sociais, torna-se essencial compreender que o espaço da experiência social e política é muito mais plural, heterogêneo e dinâmico do que pode supor qualquer exercício de padronização analítica que teime em reduzir a importância das trajetórias populares.

Trata-se, pois, de revalorizar as ações e vivências populares, não somente em relação às práticas de formação de acervos, mas, também, nas reflexões a partir deles, de modo que a multiplicidade de experiências sociais se torne o parâmetro para avaliar o bom ou o mau funcionamento da sociedade brasileira. Trata-se, enfim, de valorizar as complexidades e multiplicidades das vivências cotidianas, que, quando reduzidas à exposição de registros das experiências das elites e esvaziadas da análise histórica, a nosso ver, desautorizam uma boa compreensão da vida social e política.

² Sobre a importância, nas análises históricas, de resgatar memórias de diferentes grupos sociais, ver também LE GOFF, 1990 e LORIGA, 2009.

Comentários finais

Os museus históricos públicos no Brasil, em sua maioria, são emblemáticos da posição marginal que determinados grupos ocupam na sociedade brasileira. Eles reafirmam, em grande medida, uma situação social de privilégios. Por outro lado, podem ser importantes chaves da inserção social dos indivíduos. Podem e devem ser um projeto de emancipação, a partir do reconhecimento da pluralidade das representações do social, que nos ajudam a *ver* e *conhecer* a sociedade. É papel dos museus históricos públicos evitar uma visão única do social – a visão da elite política e intelectual. Evitar o caminho das “verdades absolutas” e procurar compreender as ações e motivações humanas a partir do conjunto de suas próprias experiências (políticas, econômicas e culturais).

Obviamente não se quer dizer aqui, repetimos, que a preservação e a análise histórica de acervos representativos da elite social devem ser descartadas como elementos da compreensão dos processos sociais. O que defendemos é que tais processo serão melhor compreendidos considerando-se também as experiências populares e respeitando-se a diversidade de abordagens da análise histórica. Se existem formas variadas de sociabilidade a constituir as sociedades, ela devem ser observadas pelo historiador, não de maneira hierarquizada, como se tivessem maior ou menor valor, mas como formas conviventes e interagentes.

A realidade social está impregnada dos sentidos que lhe são atribuídos pelos diferentes grupos e indivíduos e, portanto, as determinações sociais não podem ser analisadas como se importasse apenas os grupos de elite e suas percepções de mundo. Uma sociedade não existe como algo circunscrito às experiências e percepções de uma elite social, mas sim como uma dimensão inscrita no universo amplo das relações sociais em geral. Somente a multiplicidade de experiências pode auxiliar o conhecimento dessa sociedade.

Registre-se, enfim, que os museus são espaços privilegiados para tais reflexões, uma vez que guardam e operam sobre um conjunto de acervos que representam as múltiplas maneiras como o passado e o presente interagem e como as sociedades se desenvolvem. Mais ainda quando os museus se constituem, não como espaços de celebração de uma elite, produzindo análises de viés simplificador, em prejuízo do reconhecimento da diversidade e complexidade do mundo social, mas sim como espaços da reflexão crítica em torno da multiplicidade do real. Nesse caso, os museus são lentes poderosas para observar indícios de aspectos culturais

que se transformam ao longo do tempo, sempre vulneráveis a novas transformações e a novos entendimentos sobre a sociedade que se deseja construir.

Referências Bibliográficas

CEFAÏ, Daniel. Expérience, culture et politique. In: _____. *Cultures politiques*. Paris: PUF, 2001. p. 93-135.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*: 1. Artes de fazer. 15. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. [1. ed. 1990]

CHAGAS, Mario; ABREU, Regina (Org.). *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2003.

CHUVA, Márcia Regina Romeiro. *Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (1930-1940)*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

DARNTON, Robert. *O Grande Massacre de Gatos e outros episódios da história cultural francesa*. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

HABWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro 2006. [1. ed. 1950]

HEYMANN, Luciana Quillet. *As obrigações do poder: relações pessoais e vida pública na correspondência de Filinto Müller*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Universidade Federal do Rio de Janeiro. Museu Nacional, Rio de Janeiro, 1997.

HEYMANN, Luciana Quillet. O indivíduo fora do lugar. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte, ano XLV, n. 2, p. 40-57, jul./dez. 2009.

HUYSSSEN, Andréas. Resistência e memória: os usos e abusos do esquecimento público. In: BRAGANÇA, A.; MOREIRA, S. V. *Comunicação, acontecimento e memória*. São Paulo: Intercom, 2005. p. 5-20.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Editora da Unicamp, 1990. [1. ed. 1988]

LORIGA, Sabina. A tarefa do historiador. In: GOMES, Ângela de Castro; SCHMIDT, Benito Bisso (Org.). *Memórias e narrativas (auto)biográficas*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009. p. 13-37.

MENEZES, Ulpiano Bezerra. O museu e o problema do conhecimento. In: *Anais do IV Seminário sobre Museus-Casas: pesquisa e documentação*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2002.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

RAMOS, Francisco Régis Lopes. *A danação do objeto: o museu no ensino da História*. Chapecó: Argos, 2004.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Editora da Unicamp, 2007. [Seuil, 2000]

ROUSSO, Henry. A memória não é mais o que era. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Org.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001. p. 93-101.

SANTOS, Maria Célia T. Moura. *Museu e educação: conceitos e métodos*. Artigo extraído do texto produzido para aula inaugural do Curso de Especialização em Museologia do Museu de Arqueologia e Etnologia da USP, proferida na abertura do Simpósio Internacional Museu e Educação: conceitos e métodos, realizado no período de 20 a 25 de agosto de 2001. <http://bibliotextos.files.wordpress.com/2011/12/museu-e-educac3a7c3a3o.pdf>

THOMPSON, Edward Palmer. *A formação da classe operária inglesa: a árvore da liberdade*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. v. 1. [1. ed. 1963]